

Guilherme Posser da Costa

Árbitro



Guilherme Posser da Costa é jurista, antigo Primeiro-Ministro de São Tomé e Príncipe e consultor jurídico com uma notável carreira nos sectores público e privado, tanto a nível nacional como internacional. Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, iniciou a sua carreira no Ministério Público português, tendo, desde então, desempenhado funções de elevado relevo institucional, diplomático e jurídico. Ocupou diversos cargos no Governo de São Tomé e Príncipe entre 1987 e 2001, tendo sido Primeiro-Ministro e Chefe do Governo entre 1999 e 2001. Foi também Embaixador junto da União Europeia, Bélgica, França, Alemanha e Países Baixos, bem como Procurador da República e Assessor Jurídico do Ministério das Pescas. Membro da Assembleia Nacional durante vários mandatos, destacou-se pela sua intervenção em matérias legislativas e de governação estratégica. É sócio fundador da sociedade de advogados “Posser da Costa & Associados – Dejuris”, através da qual prestou assessoria jurídica a um vasto leque de

empresas e instituições nacionais e estrangeiras, abrangendo sectores como turismo, energia, banca, transportes, agroindústria e construção civil. A sua experiência inclui a elaboração de pareceres, consultoria em projectos de investimento, constituição de sociedades de capital estrangeiro e assessoria em processos de contratação pública. Foi Conselheiro Jurídico do Estado em processos de arbitragem internacional junto do Tribunal Permanente de Arbitragem (Haia), nomeadamente em colaboração com prestigiados escritórios internacionais como *Clifford Chance LLP* e *Sérvulo Correia & Associados*. Participou activamente na redacção de legislação estruturante como a Lei-Quadro das Actividades Petrolíferas, a Lei Geral do Trabalho, a Lei dos Contratos Públicos e os regimes jurídicos aplicáveis à indústria, ao turismo e aos contratos administrativos, muitos dos quais financiados por instituições como o Banco Mundial e o FIDA. Guilherme Posser da Costa é amplamente reconhecido pela sua visão jurídica, capacidade de negociação e profunda compreensão das dinâmicas legislativas e institucionais dos Estados africanos lusófonos. A sua actuação tem sido marcada por um forte compromisso com a legalidade, o desenvolvimento económico sustentável e a defesa dos interesses públicos. Fluente em português, francês e inglês.